

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-06-08

Deposited version:

Other

Peer-review status of attached file:

Unreviewed

Citation for published item:

Faria, A. M. & Pires, S. (2013). Os militares do MFA estacionados em África: de fazer a guerra para passar à descolonização. Encontro da Red(e) Ibero-Americana Resistência e(y) Memória (RIARM).

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Faria, A. M. & Pires, S. (2013). Os militares do MFA estacionados em África: de fazer a guerra para passar à descolonização. Encontro da Red(e) Ibero-Americana Resistência e(y) Memória (RIARM).. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**Os Militares do MFA estacionados em África:
De fazer a guerra para passar à descolonização**
(Lisboa, 29 de junho de 2013)

Ana Mouta Faria e Sandra Cunha Pires-CEHC/CIES-ISCTE/IUL

1. Introdução

É hoje consensual na análise historiográfica da revolução portuguesa de 1974 a identificação não só guerra mas também do “problema colonial” como questões que rapidamente se tornaram no “centro das atenções” do processo conspirativo militar (Rezola, 2007: 35 e nota 4), contrariando uma leitura da preparação do golpe militar que evoluiu das motivações de ordem corporativa dos oficiais de média patente para motivações de ordem mais especificamente política.

Partimos da caracterização da forma como os militares politicamente organizados no movimento dos capitães que passaram pelas colónias equacionavam a missão que lhes estava atribuída na conjuntura da guerra contra os movimentos nacionalistas para caracterizar o modo como formularam uma nova missão, que foi a de concretizarem as condições para a descolonização, em conjuntura distinta, aliás por eles desencadeada, e subsequente ao 25 de Abril. Procurar-se-á responder à seguinte questão: *como se caracterizou a atitude* dos militares do Quadro Permanente relativamente às questões da Guerra colonial e da Descolonização do império nas décadas de 1960 e 1970. *Que representações* fizeram eles da situação existente e das evoluções possíveis e/ou necessárias? E interessou-nos ainda aprofundar a questão, não tanto de saber em que momento do processo de mobilização dos militares a questão colonial passou a ser o centro das atenções, mas, principalmente, a de averiguar *a forma como* foi equacionada pelos conspiradores, e como estes passam – porque passam, como se sabe – de um questionamento da guerra por razões de ordem estritamente militar (se era ou não possível ganhá-la, se estava perdida ou não e, portanto em última instância, se a descolonização seria uma inevitabilidade¹) para o questionamento do regime colonial em si mesmo. Dito de outra forma, como é que o núcleo politicamente mais mobilizado do Movimento dos Capitães (os “militares conscientes” segundo a formulação de Melo Antunes em março de 1974) adquiriu uma consciência anti-colonial que leva à exigência de “uma solução política e não militar” para a guerra em curso nos três territórios

¹ Por exemplo, o comandante Miguel Judas afirmou ter, já desde 1969, a percepção de que a guerra não podia ser vencida e que o projecto imperial era inexequível. Considerava que o seu prolongamento iria resultar uma situação igual ou idêntica à da Índia, e que o regime já não tinha quem o defendesse, além de continuar a perder a credibilidade internacional: Entrevista de Miguel Judas a Sandra Pires, Lisboa, 17 de maio de 2013. No mesmo sentido se pronunciaram outros entrevistados

africanos, a qual é por estes identificada nos textos fundadores surgidos a menos de dois meses do dia 25 de Abril como “o problema maior do povo português”². O período observado é essencialmente anterior à revolução de Abril, acompanhando o processo de politização destes militares; prolonga-se até julho de 1974, sempre que as respostas a esta questão resultam das atuações observadas no sentido de pressionar o poder central (Lisboa) a reconhecer sem equívocos o respeito/a aceitação/ pela vontade dos povos de acederem à independência: o que só se verifica com a publicação da Lei 7/74 de 27 desse mês.

Para tal, reuniram-se depoimentos junto de militares profissionais – do chamado Quadro Permanente - envolvidos nesse processo. Procurámos seleccionar uma amostragem de depoentes que tivessem cruzado o seu envolvimento no processo conspirativo com a participação na guerra colonial ou na fase final do processo de descolonização. Parte destas fontes consiste em literatura memorialista, incluindo algumas memórias literárias, produzida por protagonistas hoje em dia conhecidos como ‘militantes dos primeiros tempos do Movimento’, por vezes enunciados como ‘militares de Abril’. A blogosfera foi útil em certos casos. Outros documentos resultam de entrevistas concedidas no âmbito de um projeto de investigação sobre os *Militares Portugueses e a Descolonização* em que as autoras estão envolvidas; finalmente, foram aplicadas 3 entrevistas semi-directivas. Assim, procurou-se interpretar as atitudes anticoloniais assumidas por muitos militares envolvidos no processo revolucionário. Fomos pois, quer pelas fontes usadas, quer pelas questões colocadas, ao encontro da proposta de trabalho dos organizadores deste colóquio: *Resistência* (à guerra colonial e, em última instância, ao regime político que a impunha) e *Memória* (de um grupo de protagonistas politicamente mobilizados para o derrube daquele).

² Citações retiradas de “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação” aprovado na reunião plenária de Cascais (5/03/74); veja-se também o “Programa de Acção Política do Movimento de Oficiais das Forças Armadas” (março/74)

2. Um tardio despertar

Apesar dos esforços em contrário da oposição política ao Estado Novo, a opinião pública despertou tarde para a condenação da dominação colonial, quando se compara a evolução interna com o que sucedeu nas democracias euro-ocidentais no rescaldo da segunda guerra mundial, momento em que a condenação se torna a legalidade internacional, estabelecida no concerto das Nações Unidas. Esse tardio despertar assegurou à ditadura portuguesa a base de apoio necessária não só para a rejeição das conversações propostas na segunda metade da década de 1950 pelos movimentos nacionalistas das colónias - e que a censura à imprensa impediu que fossem levadas ao conhecimento coletivo - mas sobretudo para uma guerra colonial de treze anos que foi a resposta do regime aos movimentos armados desencadeados entre 1961 e 1964 nos domínios africanos de Angola, Guiné e Moçambique.

A eficácia da propaganda oficial associada ao ambiente de grande repressão sobre pessoas e grupos que defendiam visões políticas contrárias às do governo criaram muitas dificuldades na tomada de posições não apenas de crítica ao colonialismo como da própria guerra.

Esta vem sendo questionada pela oposição da sociedade civil quase desde o seu início, como se pode constatar quer da imprensa clandestina, quer dos poucos documentos saídos à luz do dia nos escassos intervalos em que a censura e a repressão abrandavam, em relação direta com os curtos períodos eleitorais, ou com os congressos. No ano da revolta armada angolana, mas ainda antes da sua eclosão, a “Oposição democrática, republicana, liberal e socialista” repudia, em matéria de política ultramarina, “qualquer manifestação de imperialismo colonialista (defendendo) a imediata institucionalização da vida democrática (no país) sem discriminação racial ou política, para todos os territórios e todos os povos“ (*Programa para a Democratização da República* em Ferreira e Mota, 1969: 181,188,242). No período de campanha para as eleições de 1965, e incorporando já a realidade do conflito armado, os Candidatos da Oposição Democrática vêm sustentar “que o problema ultramarino não pode ter a solução militar que está em curso, no decorrer do qual o país se esvai, com perda de vidas preciosas ... (e defendem uma) solução política com base no princípio da autodeterminação”. Atitude que se lhes “impõe à consciência de homens livres que pretendem ser do seu tempo e que julgam irreversível a descolonização” (*Manifesto ao País*, em Ferreira e Mota, 1969:247,257).

Por seu lado, os meios de comunicação das organizações clandestinas defendiam, sistematicamente, a necessidade de descolonizar os domínios ultramarinos. Na esteira do que já afirmara na década anterior, em 1965 o Partido Comunista Português, no VI Congresso no *Programa da Revolução Democrática e Nacional*, reaprova o objetivo de “reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência” (ponto 7) e enviava uma mensagem “Aos Povos das Colónias Portuguesas”. Desde 1962 que a sua Rádio

Portugal Livre dedicava um amplo espaço às lutas nacionalistas africanas: entrevistando os seus dirigentes; deslocando correspondentes às regiões libertadas da Guiné-Bissau³; divulgando acções de solidariedade - como uma moção apresentada por uma delegada portuguesa do Movimento da Paz Português no Conselho Mundial da Paz (1965); lendo aos microfones comunicados dos próprios dirigentes independentistas que apelavam à conjugação de esforços, incluindo dos portugueses, para o derrube do regime colonial e fascista (desde 1966). Também a Frente Patriótica de Libertação Nacional, estabelecida em Argel em finais de 1962, põe a emitir em finais do ano seguinte a Rádio Voz da Liberdade, onde a luta anticolonial e contra a guerra ocupa um lugar muito importante; é ao seu locutor, Manuel Alegre, que Amílcar Cabral concede a primeira entrevista dirigida aos portugueses, a que se seguiriam Neto, Mondlane e Machel (Alves, 1997: <http://>).

Porém, uma realidade era a atitude da esquerda em relação à questão colonial, e outra eram as dificuldades de a fazer passar em largos sectores sociais. Damo-nos conta disso ao constatar como as alianças pré-eleitorais entre os vários sectores da oposição portuguesa, para se poderem estabelecer, ainda precisaram de censurar os termos em que mencionavam a questão colonial e mesmo a guerra. É significativo que no ano da ‘primavera marcelista’, várias iniciativas oposicionistas (civis) a passassem em silêncio ou quase. A “declaração de Ponta Delgada”, manifesto de apoio aos candidatos independentes às eleições para a Assembleia Nacional de 1969, datado de 21 de janeiro desse ano, subscrita por centenas de pessoas, apesar de uma extensa análise sobre os problemas do país e dos Açores, não contém uma palavra sobre a guerra. De acordo com um dos subscritores, a causa residiu na impossibilidade de incluir um tema inevitavelmente fraturante⁴. Em Maio seguinte, a realização do II Congresso Republicano de Aveiro, ao qual foram enviadas mais de duas centenas de teses contava apenas com um reduzido número que aludiam ao tema. Nenhuma, aliás, parecia incidir especificamente sobre ele, apesar do abrandamento conjuntural da atividade censória, decorrente da ‘primavera’ marcelista. Raúl Rego, cuja comunicação versou a “Censura Prévia Administrativa” viria a registar em nota de rodapé que “a Censura não foi, no II Congresso Republicano, tão rigorosa como costuma”; em contrapartida, na edição dos documentos ali apresentados, “alusões, factos ou teses contundentes foram implacavelmente cortados”⁵. A fazer fé na edição ‘integral’ das teses publicada nesse mesmo ano pela Seara Nova, ele emergia, de raspão, em cerca de uma dezena de intervenções escritas, mencionada

³ ADN/F5/SR30/CX99/PT6, SIPFA e www.pcp.pt/radio-portugal-livre-50-anos (consultado em 19-03-2015), Entrevista a Miguel Judas de Sandra Cunha Pires

⁴ Entrevista do comandante AFS a Ana Mouta Faria, Lisboa, 3/06/2013. Texto da declaração: ernestomeloantunes.com.pt, visto em 2/06/2013, site sobre o *Fórum Liberdade e Coerência Cívica. O Exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 27/28 de novembro de 2009. Melo Antunes terá sido o redator do manifesto, subscrito por vários militares, ainda que não identificados como tais.

⁵ *II Congresso Republicano de Aveiro: teses e documentos: textos integrais*, s/l, Seara Nova, 1969, vol. I, p. 179.

como apenas “guerra”, “guerra colonial” ou “guerra (s) do ultramar”, (somando 8 referências), ou alargando para “problema ultramarino” (2 vezes) ou “problema colonial”. Quase todas as alusões à guerra ou ‘ao problema’ são de natureza crítica em relação ao regime – uma, aliás, é claramente pró colonial – e os seus fundamentos giram quase sempre em torno da sangria de pessoas e despesas militares que condenavam os portugueses ao atraso económico. A ideia de uma “solução política” aparece duas vezes, ainda que, só numa destas, tal solução se encontre explicitada (desdobrando-se em ‘negociação’, ‘autonomia’, autodeterminação’, a par do ‘acautelamento dos interesses nacionais’, estancamento das despesas militares e dos ‘investimentos de prestígio’ a benefício do “desenvolvimento económico do País e (do) progresso social do povo” português)⁶. E novamente se revelou o carácter fraturante do tema, para a oposição: a guerra colonial “era um tema sensível e o ponto das conclusões do Congresso a ele referente foi o único que suscitou larga discussão no Secretariado. Duas formulações se confrontavam: uma, “Livre Discussão do Problema Ultramarino”, outra “Fim Imediato da Guerra Colonial”, acabando por prevalecer uma nova, em que ficou escrito “Fim da guerra de África”.⁷

Em junho do mesmo ano, vários sectores da oposição adotam uma plataforma prévia para a campanha eleitoral de outubro, na qual se defende junto da opinião pública a “resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos povos à autodeterminação, precedido de um amplo debate nacional” (*Plataforma de São Pedro de Muel*, em Ferreira e Mota, 1969:282).

Já com a campanha a decorrer, ao abrigo do relativo afrouxamento da censura, e apesar da memória que recolhemos quanto ao facto de a questão colonial ter sido uma das mais fortes causas da divisão em CEUD e CDE⁸, ambas as plataformas eleitorais vêm reclamar uma resposta política alternativa à guerra colonial, que respeitasse o princípio da autodeterminação (fixado no direito internacional pelas Nações Unidas desde 1960, lembre-se). Ao contrário da CEUD que, embora rejeitando formalmente saídas de tipo neocolonial entre as quais a preparação de independências brancas, preconizava um “desenvolvimento e autonomia progressiva”, a CDE reclamava “a abertura de negociações com os legítimos representantes dos movimentos insurreccionais” para o “estabelecimento da paz e a participação no desenvolvimento das questões indispensáveis para que os povos alcancem a necessária autodeterminação” (cit. por Martelo, 2001:58-59). Em ambos os textos programáticos se explicitava a necessidade de acautelar o futuro das minorias europeias aí radicadas.

⁶ *II Congresso Republicano de Aveiro: teses e documentos: textos integrais*, s/l, Seara Nova, 1969, vol. I, pp. 50-51, 188, 268-269, 286, 374, 524-525 e vol. II, pp. 14, 49, 79, 80, 205-206 e 279.

⁷ *O Militante*, <http://www.Omilitante.pcp.pt/300/Efemeride/328>;

⁸ Entrevista de AFS a Ana Mouta Faria, 3/06/2013; Entrevista de LMJ a Sandra Pires.

Como se afirmou, fora do contexto da luta política legal, as reivindicações eram muito mais abertamente anticoloniais, nomeadamente quanto ao reconhecimento imediato do direito à independência e dos movimentos armados nacionalistas como representantes legítimos dos povos colonizados bem como era aberto o apoio dado em Portugal (mesmo se clandestino) e na emigração às suas lutas. O momento de viragem, em que esta diferença se esbate, parece-nos ser a partir de 1969 e até ao 25 de Abril. Nesses anos, são múltiplos os sectores em que a questão colonial se torna pedra angular da luta política, alastrando entre outros por escolas e liceus, pelos núcleos de extrema-esquerda, por grupos de católicos progressistas, sindicatos e núcleos de exilados na emigração. A assunção era plena e inequívoca em particular no ambiente universitário, como recorda um antigo estudante e ativista portuense:

“confesso que foi para mim um choque quando entrei na universidade [Maio de 1968] ... e também um espanto aperceber-me da facilidade com que essas palavras de ordem, completamente interditas no exterior, alastravam por ali como se fossem o próprio ar que todos respirávamos... Penso que foi só ao entrar para a universidade que me apercebi não apenas da importância, mas da eficácia da luta anticolonial e de, como dizíamos, ser a guerra colonial o elo mais fraco da política fascista. Era impressionante a disposição de todos contra a guerra... E não apenas porque era um caminho sem saída para Portugal mas, sobretudo, porque os outros tinham a razão”. (Baptista, 2014:237 itál. no original).

É assim que o tom se vai radicalizando e nas vésperas das eleições para a Assembleia Nacional de 1973, durante um encontro entre delegações do Comité Central do Partido Comunista Português e do Conselho Directivo do Partido Socialista”, publicamente, “ambas as delegações diagnosticavam a questão como segundo problema nacional fundamental, e reivindicavam o imediato “fim da guerra colonial e (a necessidade de) negociações com vista à independência completa e imediata dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique” (Martelo, 2001:60).

3. Os militares no trilha da descolonização

Apesar da autonomia da instituição militar face à sociedade civil, não eram ambientes estanques que evoluíssem independentemente quanto a este tema. Não admira pois que as atividades políticas no interior das Forças Armadas reflectissem dificuldade idêntica à das oposições civis no apontar com clareza o caminho da descolonização e das conversações com os movimentos nacionalistas. Se os dois aspetos estão na génese do movimento conspirativo militar e constam de posições assumidas pelos seus membros mais antigos, o alargamento das adesões depressa impôs limites à formulação que deixaram traços nas fontes e nos testemunhos memorialísticos. Apesar de existirem diversas sensibilidades entre os vários ramos militares.

Quanto à Marinha, sabe-se hoje, vinha já de trás um certo tipo de cultura política republicana; de acordo com um dos nossos informantes, “sempre tinha havido alguma consciência democrática”, a qual “começou a tomar corpo” em 1969, aquando das eleições para o Clube Militar Naval, resultando numa agitação cívico-política desencadeada por alguns “oficiais mais velhos”, enquanto os cadetes a iam acompanhando à distância. Nesse ano criou-se “uma movimentação da malta nova, à volta daquilo que eram os processos da CDE” assumindo alguns posições revolucionárias, nomeadamente sobre a questão colonial⁹. Em 1970 e no quadro da “crescente contestação à Guerra”, forma-se uma organização política clandestina de oficiais da Armada de “plataforma socialista” (Lauret, 2014: 47,48), composta por uma coordenadora e por diversos núcleos, organizados por zonas de residência e por idades, e alguns destes jovens cadetes passam a ter contactos com o Partido Comunista Português (PCP). A relação com este partido permitia-lhes manter a informação atualizada relativamente à situação do país, dos “movimentos democráticos, e do processo de luta”. Tal atitude foi assumida por dois dos entrevistados, ambos pertencentes à Marinha, que sublinharam como a decisão de se ligarem a organizações de esquerda decorreu da necessidade por eles sentida de acederem à informação e à análise política apenas possível através destas. Mantendo, porém, sempre, uma total independência de acção no interior da instituição militar¹⁰.

Por outro lado, e apesar do facto de a maioria dos seus membros estar menos envolvida na experiência bélica direta, excepção feita para os fuzileiros, o patrulhamento oceânico dos diversos territórios e o transporte daqueles conduziam também a uma crescente

⁹ Entrevista do comandante LMJ a Sandra Pires, Cascais, 17/05/2013

¹⁰ Entrevista do comandante LMJ a Sandra Pires, Cascais, 17/05/2013: “em 1970 houve um contacto [de alguns elementos politizados da Marinha que participavam nas iniciativas de discussão política] com gente do PCP. Nós, revolucionários, entendemos que era útil manter uma relação com o meio civil, e o PCP na altura era aquilo que existia;(…) “não havia nenhuma relação de dependência, desenvolvíamos a nossa actividade de forma completamente autónoma e íamos informando”. Entrevista do comandante AFS a Ana Mouta Faria, Lisboa, 3/06/2013.

familiarização com a forma como decorriam as vidas dos colonizados dentro do quadro do colonialismo e da guerra:

“...eu ainda vi fulanos falarem dos pretos - aquela história de ir uma velha com água à cabeça e uma criança, e mandam-se uns tiros e mata-se a velha, quer dizer o “matar pretos” (quase como um desporto) - havia fulanos a falarem disto normalmente, a vangloriarem-se até, quer dizer, como se fosse o mesmo que matar uma cabra, não é verdade? Isto pode até ser assim para aqueles da bazófia, que gostam de alardear feitos guerreiros, não é? Eh pá, durante um tempo até é, mas as pessoas ao lado, que os ouvem, não aceitam, não é verdade?!”¹¹

A tomada de consciência de que a guerra não só não fazia sentido fosse “como solução política” ou “económica” mas, sobretudo, “no plano das emoções, no plano da humanidade” contribui assim para esse perfil de politização que leva à adesão individual a organizações clandestinas ou semi-legais e ao passo, simultâneo, para um esforço organizativo interno de estrutura classista (do oficialato) mas de finalidade pedagógico-cívica visando todo o ramo.

No Exército onde, nos primeiros anos do conflito ultramarino e depois das purgas decorrentes dos vários levantamentos castrenses, a cultura política oposicionista não tinha a mesma capacidade organizativa, o elemento agregador conducente às primeiras reuniões do núcleo de militares (profissionais) mais politizados foi “a oposição à guerra, ou à forma de fazer aquela guerra” que procurou questionar “a política colonial” do regime¹², fazendo da “questão militar colonial” o “fundo principal” do que viria a ser o Movimento dos Capitães. Não obstante, o facto é que

“As fracturas que se manifestaram neste (e que se prolongaram no MFA) tiveram mais a ver com a guerra e as soluções para o problema colonial, do que com outras questões que poderiam parecer mais decisivas – por exemplo, a estrutura do poder político após o golpe militar”¹³.

A recusa em tomar posição em relação ao tema terá partido dos representantes da Força Aérea na reunião de Cascais de 5 de março de 1974 (Rezola, 2007:49). No alargamento do processo conspirativo, com a passagem do Movimento dos Oficiais das Forças Armadas [MOFA] ao Movimento das Forças Armadas [MFA], as clivagens acentuam-se, à direita e à esquerda. São vários os testemunhos conhecidos sobre o cepticismo dos representantes da Marinha na reunião de Cascais quanto à plataforma aprovada, considerada à direita das posições dominantes no seu ramo e, inversamente, “extremista e subversiva” por alguns oficiais do círculo spinolista, ou “demasiado político” pelos representantes da Aviação

¹¹ Entrevista do comandante LMJ a Sandra Pires, Cascais, 17/05/2013.

¹² Aniceto Afonso, blogue *O fio da história2*, post em 21/4/2013

¹³ Aniceto Afonso, blogue *O fio da história2*, post em 28/4/2013.

(Martelo, 2001:84). Como em reunião anterior, que agregou elementos da Marinha e da Força Aérea, se notou o mesmo distanciamento político entre estes dois ramos¹⁴.

Como afirmaria *a posteriori* um outro participante da referida reunião de Cascais, “o aforismo **a Pátria não se discute, defende-se** [...] reservava a classificação de **traidor** a todo aquele que ousasse apontar outra solução que não a da resistência militar sem limites”.

Como de **traição** eram classificadas na propaganda oficial as reivindicações dos nacionalistas recusando *ipso facto* a estes o estatuto de adversários. Pelo que,

“com o decorrer dos anos, a imagem de uma guerra em que o inimigo era oficialmente ignorado entranhou-se de tal forma no subconsciente colectivo, que, até nos documentos da revolução de Abril, se torna difícil detectar-lhe a presença. Por alturas da conspiração, era patente um certo “pudor” quando se discutia uma solução para a guerra. A ideia de “negociar com o inimigo” perfilava-se como uma castanha escaldante que se desejava fosse tirada do lume por mãos não militares” (Martelo, 2001:54).

A eficácia dessa inculcação ideológica por parte do regime, pelo menos em largos sectores das Forças Armadas impôs, “no tocante ao problema principal – a guerra em África, [que] a convergência de tendências [implicou uma] conveniente ambiguidade(...) traduzida na aceitação generalizada de que o objectivo principal [do movimento militar] era encontrar um modo digno de pôr fim à guerra”, cujas próprias regras punham em causa um prolongamento indefinido. Daí a convicção do [então capitão] David Martelo “que, se tivesse sido necessário aprovar previamente [ao golpe de 25 de abril] um programa político, no qual se pormenorizassem as medidas concretas para a obtenção de um cessar-fogo em África, a revolução jamais teria saído dos quartéis” (Martelo, 2001: 53,85).

E já depois da revolução, o carácter fraturante da solução descolonizadora ameaçava criar uma “situação explosiva” nas relações entre o MFA e os comandantes das unidades militares e Chefe do Estado-Maior como, em mensagem escrita, o núcleo de Moçambique alertava os seus camaradas em Lisboa¹⁵: apesar de procurarem evitar “roturas nas estruturas militares e administrativas”, os conspiradores “não podiam admitir que fosse posto em causa o projeto do MFA para as colónias – reconhecimento do direito à independência e dos movimentos de libertação e negociação de um acordo de transição”¹⁶.

A investigação recente tem sublinhado a alteração sofrida pelo documento programático elaborado no interior do MFA em relação ao que veio a ser apresentado ao país no dia 26 de Abril em nome da Junta de Salvação Nacional. As modificações introduzidas na versão original estão quase todas elas relacionadas com a atitude a adoptar pelo novo poder

¹⁴ LMJ Entrevista a Sandra Pires, 17/05/2013, reunião em casa do capitão Correia Pombinho

¹⁵ Mensagem de 15.5.1974 transcrita no blogue *O fio da história2*, post em 29/5/2013

¹⁶ Aniceto Afonso, blogue *O fio da história2*, post em 12/5/2013

português em relação à questão colonial e, nomeadamente, vieram bloquear a assunção inequívoca do respeito pelas vontades de independência dos povos das colónias.

Não se pode falar em bom rigor de um *programa* em relação a esta questão incluída na versão original do “Programa”. Mas foi possível constatar através das entrevistas, que o núcleo de militares politicamente mais mobilizados não tinha dúvidas quanto ao caminho a seguir para pôr termo à guerra colonial: Lisboa devia assumir, publicamente, o reconhecimento imediato do direito à independência como desenlace possível para os processos de autodeterminação; e abrir as indispensáveis conversações com os movimentos nacionalistas, começando por aqueles que haviam desencadeado a luta armada, com vista à celebração dos acordos de transição de poder, exceto em relação à Guiné-Bissau, para a qual os militares exigiam do governo português o reconhecimento, “imediatamente e sem equívocos” da independência proclamada no ano anterior, “de acordo com as resoluções pertinentes da ONU”¹⁷. Assim se reconduziria o Estado português à legalidade fixada pelo direito internacional, concretizando quer o acatamento do princípio da autodeterminação, quer os interlocutores já aceites pelas Nações Unidas como legítimos representantes dos povos em nome do quais tinham pegado em armas.

Afirmou-se que não havia um programa; nem poderia haver:

- em primeiro lugar (cronologicamente) porque, como ficou referido, a descolonização apesar de estar na génese do movimento conspirativo como o único resultado possível para o problema da guerra, era o tema em que era mais difícil reunir consensos no interior da instituição militar, suficientemente alargados para viabilizarem um golpe militar sem derramamento de sangue; referindo-se às dificuldades sentidas no imediato pós-25 de Abril em Moçambique, relembra Aniceto Afonso: “nós bem sabíamos que o movimento dos capitães depois continuado pelo MFA era obra de uns tantos, nem sequer de muitos”¹⁸;

- em segundo lugar, porque era manifesta a consciência por parte dos militares envolvidos na conspiração, de que um tal programa – com vista à descolonização – não podia ser desenhado sem a participação, como partes iguais, dos representantes dos povos das colónias: “Todos os movimentos de libertação disseram desde muito cedo que o caminho que havia a percorrer era o reconhecimento daquelas condições que referi. Reconhecimento do direito à independência, reconhecimento dos movimentos de libertação como únicos interlocutores válidos e acordo para um período de transição até à transferência de poder. Isto foi muito claro para os movimentos e era muito claro para um sector do MFA. Este sector do MFA acabou por, de

¹⁷ Moção aprovada em assembleia geral do MFA da Guiné, realizada em Bissau com cerca de 800 presenças: espólio pessoal de um dos entrevistados, documento facultado a um dos entrevistadores.

¹⁸ Blogue *O Fio da História* 2, post. em 21/4/2013

alguma maneira, assumir a direção das negociações. Nesse sentido, preconizou sempre a aceitação destas condições dos movimentos de libertação”¹⁹.

Havia, contudo, um conjunto de pontos em torno dos quais os militares que funcionaram como ‘motor’ do MFA estavam de acordo: para além dos dois já mencionados - aceitação imediata do direito à independência, e dos interlocutores dos movimentos nacionalistas já reconhecidos no plano internacional - impunha-se o desmantelamento nos territórios ultramarinos das estruturas repressivas que coartavam a liberdade de expressão, como a censura prévia, e de acção política, tais como a Pide/DGS, as Organizações Provinciais de Voluntários de Defesa Civil [OPVDC] e a Legião Portuguesa. Bem como se subordinava ao controlo das Forças Armadas as unidades militares especiais criadas pela Pide - Flechas e outras designações de tropas especiais irregulares - ou, enquanto não pudessem ser desmobilizadas. E, logicamente, a libertação de todos os prisioneiros detidos por suspeita de simpatias nacionalistas.

Quase todos estes pontos constam de um texto complementar ao programa original, intitulado “Protocolo do Movimento das Forças Armadas”²⁰, que não chegou a ser aprovado em reunião plenária do nível MFA. Mas que nos serve de indicador claro das intenções desse grupo de militares, quando comparamos os pontos que dele constavam com a atuação dos núcleos de militares colocados nas colónias que estiveram mais envolvidos na condução do processo político subsequente a 25 de Abril, e que viriam a dar lugar, depois de uma fase de atuação mais ou menos informal, às Comissões Coordenadoras do Programa do MFA [C.C.P.].

Serão estes protagonistas que articularão múltiplas tomadas de posição assumidas no interior das FA: avisos ao MFA de Lisboa, com insistência e repetidas vezes, quanto aos riscos da orientação spinolista na questão colonial; pressões sobre as autoridades político-militares e administrativas ultramarinas a que concretizassem o desmantelamento das estruturas repressivas; imposição ao poder central da demissão de diversas chefias políticas e militares, por as considerarem factor de alto risco, a agravar os delicados ‘equilíbrios’ socio-políticos resultantes do confronto violento de expectativas e de medos colectivos, abertos pela mudança política portuguesa²¹; pressões sobre o poder civil para a abertura de

¹⁹ Cf declarações de AA a Ana Mouta Faria em Entrevista de 10/12/2009

²⁰ Protocolo do MFA, mas que não chegou a ser assinado, que a questão tinha sido aprofundada, tendo sido previstos alguns aspectos mais: o controlo pelas Forças Armadas das unidades militares (Flechas) e das instalações prisionais controladas pela DGS, bem como a detenção e posterior julgamento dos seus agentes (e dos membros da Legião Portuguesa) que fossem considerados culpados de crimes no exercício das suas funções, sem excluir explicitamente os que se encontravam ao serviço das delegações ultramarinas: “Protocolo do Movimento das Forças Armadas” in Afonso, Aniceto - volume *O Portugal de Abril*, da *História Contemporânea de Portugal*, direcção de João Medina, Editions Ferni e Multilar, s.d. [1990], pp. 45-46, §§ 22º, 10º e 11º respectivamente.

²¹ Ex: nova tomada de posição do MFA de Angola em 17 de Julho de 1974, propondo a demissão do governador-geral e de todos os governadores de distrito, considerando que o descontentamento dos signatários, já anteriormente expresso, “é comungado (...) pela maioria da população, que o tem deixado bem claro em várias

negociações diplomáticas, através da aprovação, em vários plenários dos núcleos locais do MFA, que reconheciam como interlocutores os movimentos nacionalistas.²²

Mas sucedia também com outros, que vão ser atraídos para o caminho da descolonização mais por razões de ordem pragmática – a sempre presente ‘força das coisas’ - do que político-ideológica: “Estávamos fartos da guerra colonial e não queríamos aceitar qualquer hipótese que implicasse o prosseguimento das hostilidades” reconhecia Silva Horta, governador de Cabo Verde por um curto período²³; mas com aguda apreensão estratégica da situação militar, traduziram-na no papel relevante como responsáveis políticos quando desempenham funções nos territórios em que foram colocados; de que são exemplos os desempenhos do brigadeiro Carlos Fabião nomeado para governador da Guiné pelo general Spínola com o intuito de assegurar um controlo do processo no território em harmonia com o seu projeto de descolonização e que mal acabado de desembarcar em Bissau compreende de imediato que a orientação preconizada pelo MFA local era a única exequível, passando a governar de acordo com esta; ou a atuação do capitão Torres Mendes em Cabo Verde, comandante da Polícia Militar que Luís Miguel Judas escolhe para o substituir no contato secreto com o PAIGC “apesar de não ser uma pessoa politicamente formada e ideologizada (...) como militar, com a sua capacidade de intervenção e com os seus critérios étnicos, era a pessoa mais indicada para ter essa relação”²⁴.

Qualquer que fosse o ponto de partida, mais diretamente decorrente de elementos de ética militar ou de natureza cultural, ideológica, de percurso de politização ou de mero realismo, é possível ver como se desenvolve numa parte do corpo profissional dos militares (que se exprime, ou sente representada, nas afirmações dos nossos entrevistados) a progressiva consciência de que fazer a descolonização era a saída possível, naquele tempo histórico, para o esforço de guerra em que o país tinha sido envolvido: daí o título da presente comunicação.

manifestações escritas”: transcrito in AFONSO, Aniceto - volume *O Portugal de Abril*, da *História Contemporânea de Portugal*, direcção de João Medina, Editions Ferni e Multilar, s.d. [1990], p. 114. Em Moçambique viria a resultar na demissão do governador-geral Soares de Melo (24/7), em Angola na chamada a Lisboa do governador Silvino Silvério Marques a 19/7.

²² Exemplos: Plenário do MFA em Moçambique, 25 de Junho de 1974 com a presença das comissões regionais, em que se exigiu o reinício das conversações com a Frelimo para o cessar-fogo; novas mensagens no mesmo sentido a 1 de Julho (Nampula, p. 82) 8 e 17 de Julho (pp. 82 e 84) 12 de Outubro de 1974: plenário do MFA de São Tomé e Príncipe que concorda em aceitar o MLSTP como único e legítimo representante do território: AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, *Os Anos da Guerra Colonial*, vol. 15, pp. 80, 82, 84 e 92, respectivamente. Plenário em Cabo Verde em finais de 1974: caso o PAIGC não fosse reconhecido como legítimo representante do povo de Cabo Verde, chegando-se a um acordo para a independência dentro de poucos dias, seria o próprio MFA a efectuar localmente a transferência do poder, passando por cima do governo de Lisboa (Telo, 2008: II,182.)

²³ Depoimento de Silva Horta, em 26/8/1996: <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/caboverde>

²⁴ Entrevista de 22/07/2014 a uma das autoras.

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto, s/d [1990], *O Portugal de Abril*, João Medina (dir), *História Contemporânea de Portugal*, tomo III, Editions Ferni e Multilar.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, 2009, *Os Anos da Guerra Colonial*, Matosinhos, Quidnovi, 15 vols.
- ALVES, Dinis Manuel, "O papel da rádio e da imprensa clandestinas no combate à ditadura salazarista", (outubro 1997), <http://www.mediatico.com.pt/sartigo/index.php?x=21> consultado em 10 de junho de 2015.
- BAPTISTA, Pedro, 2014, *Da Foz Velha ao Grito do Povo*, Porto, Afrontamento.
- FARIA, Ana Mouta e MARTINS, Jorge (org.), 2014, *Vozes de Abril na Descolonização*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- FERREIRA, Serafim e MOTA, Arsénio (org. prefácio e notas), s/d [1969], *Para um Dossier da Oposição Democrática*, s/l [Póvoa do Varzim], Nova Realidade.
- LAURET, Pedro, 2014, "A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974", Luísa Tiago de Oliveira (org.), *Militares e Política. O 25 de Abril*, s/l, Estuário: 41-53.
- MARTELO, David, 2001, *1974. Cessar-fogo em África*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- REZOLA, Maria Inácia, 2007, *25 de Abril, Mitos de Uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- TELO, António José, 2008, *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.